



**TESOURO DIRETO
A NOVA POUPANÇA**

MARCOS SILVESTRE

TESOURO DIRETO

A NOVA POUPANÇA



Sumário

INTRODUÇÃO	11
A POUPANÇA JÁ ERA... MAS NÃO PRECISA FICAR TRISTE: TEMOS AÍ O TESOIRO DIRETO!	
O mercado financeiro é dinâmico: enquanto algumas aplicações murçam... outras florescem!	
CAPÍTULO 1	17
RENTABILIDADE LÍQUIDA REAL ACUMULADA: O DIFERENCIAL QUE MULTIPLICA SEU DINHEIRO!	
Descubra o quanto se pode ganhar a mais com a rentabilidade diferencial dos títulos públicos	
CAPÍTULO 2	33
O DESAFIO DO INVESTIDOR MULTIPLICADOR: SUAS ASPIRAÇÕES x SUAS APLICAÇÕES	
Saiba garimpar as aplicações dinâmicas que melhor se encaixam em seu perfil de investidor	
CAPÍTULO 3	50
TRACE BONS PLANOS DE INVESTIMENTO PARA REALIZAR SEUS MAIORES SONHOS	
Seus planos indicarão o quanto poupar e aplicar em títulos públicos todo mês	

CAPÍTULO 4	81
QUER GANHAR MAIS SEM ABRIR MÃO DA SEGURANÇA? O PRAZO É O SENHOR DA RAZÃO FINANCEIRA!	
Faça o casamento ideal do prazo de realização de seu sonho com o prazo de maturação dos títulos públicos	
CAPÍTULO 5	94
ABRINDO SUA CONTA EM UMA BOA CORRETORA DE VALORES ON-LINE	
Escolha criteriosamente seu mais importante aliado para fazer aplicações no Tesouro Direto	
CAPÍTULO 6	117
GARIMPANDO OS TÍTULOS PÚBLICOS MAIS SEGUROS E RENTÁVEIS DO TESOIRO DIRETO	
Conheça os fundamentos que alicerçam a segurança e o dinamismo do Tesouro Direto	
CAPÍTULO 7	141
PAINEL PARA ESCOLHA RÁPIDA DOS MELHORES TÍTULOS DO TESOIRO DIRETO	
Resumo prático para tomar a decisão de qual o melhor título público para aplicar	
CAPÍTULO 8	161
COMPRANDO E VENDENDO TÍTULOS PÚBLICOS NO TESOIRO DIRETO PELA CORRETORA ON-LINE	
Como aplicar nos títulos públicos usando o site de sua corretora: veja passo a passo, tela a tela!	
CONCLUSÃO	183
SÍNTESE DO APRENDIZADO DESTES LIVROS: TROQUE JÁ A POUPANÇA PELO TESOIRO DIRETO!	



A POUPANÇA JÁ ERA... MAS NÃO PRECISA FICAR TRISTE: TEMOS AÍ O TESOURO DIRETO!

O mercado financeiro é dinâmico: enquanto algumas aplicações murcham... outras florescem!

A caderneta de poupança encerrou 2015 com saque líquido de quase R\$ 54 bilhões, o maior registrado em pouco mais de vinte anos, desde 1995, quando se inicia a série histórica medida pelo Banco Central. Em 2014, a poupança ainda teve crescimento, captando R\$ 24 bilhões, após ter atingido seu recorde de R\$ 71 bilhões de captação líquida em 2013.

Alguns dos fatores que explicam esse fenômeno, que se confirmou no início de 2016, são: o aumento do *desemprego*, que leva as famílias a apelarem para suas reservas de poupança em socorro ao orçamento doméstico, e o *achatamento da renda* do trabalhador, com o desgaste do poder aquisitivo gerado pela inflação acelerada e o aumento de gastos com tarifas em geral: combustíveis, alimentos e tantos outros; fatores esses que forçam diversos pequenos aplicadores a recorrerem à caderneta para complementar as despesas do mês.

Mas, felizmente, nem todos os que tiraram parte (ou todo!) de seu dinheiro da caderneta perderam o emprego e a renda em 2015: muitos aplicadores, na realidade, se ressentiram da perda apurada na poupança nesse ano. Mas perda? Na caderneta? Sim, perda *real*: tomando a inflação acumulada de 10,67% (pelo IPCA) nos 12 meses de 2015, e considerando

que a poupança pagou no acumulado do ano apenas 8,09%, vemos que faltariam quase 3% para que a velha caderneta tivesse, ao menos, empatado com a inflação!

Sim, 2015 foi um ano de inflação atípica, exageradamente acelerada. Mas a fidelidade dos aplicadores dinâmicos é com a aplicação que trata seu dinheiro da forma mais digna: conservando-o e valorizando-o, e a caderneta simplesmente não cumpriu com essa função no ano que passou, indicando que também não o faria no ano seguinte.

Nem todos os pequenos aplicadores que trocaram a caderneta por outras ofertas de aplicações mais sedutoras no mercado financeiro fizeram boas escolhas. Diversos deles, assustados, com pouco conhecimento e mal assessorados, destinaram suas reservas para Fundos de Investimento Financeiro com elevadas taxas de administração, ou mesmo CDBs, LCAs e LCIS negociados em condições poucos vantajosas sobre a caderneta.

No entanto, diversos investidores “ligados no lance” já perceberam que existe um excelente substituto, em tudo e por tudo, para a velha caderneta: os títulos públicos, negociados através de uma plataforma on-line especialmente preparada pelo Tesouro Nacional do Brasil para pequenos (ou médios) investidores: o Tesouro Direto (TD). Em dezembro de 2015, o TD registrou mais de 600 mil cadastrados, atingindo assim seu maior número de investidores desde janeiro de 2002, quando foi iniciada a série histórica do programa. Apenas em dezembro de 2015, por exemplo, o Tesouro Direto registrou mais de 20 mil novos cadastros, apresentando um robusto crescimento de 190% em relação ao mesmo mês de 2014.

A explicação para esse poder de atração é simples:

- **RENTABILIDADE.** O TD não só bateu a inflação em 2015 como colocou no bolso dos aplicadores a maior rentabilidade líquida real oferecida em investimentos conservadores e acessíveis entre todos os países do globo! E isso já descontando imposto de renda e quaisquer taxas aplicáveis! (A situação deverá se repetir em 2016, e talvez por mais alguns anos, pelo menos...).
- **ACESSIBILIDADE.** Mais de dois terços das vendas feitas no TD em 2015 foram inferiores a R\$ 5 mil. Que tal poder investir a partir de R\$ 30? Um valor mínimo absolutamente acessível a todos! E mais: com a garantia de que, qualquer que seja a quantidade aplicada, a rentabilidade e a segurança conquistadas serão

igualmente elevadas, sem nenhuma discriminação do pequeno investidor por ter “pouco dinheiro” para aplicar (como normalmente fazem os grandes bancos de varejo).

- **SEGURANÇA.** A única aplicação do país 100% garantida pelo Tesouro Nacional — chega a ser, inclusive, mais segura que a própria caderneta de poupança (garantida até R\$ 250 mil pelo FGC, o Fundo Garantidor de Créditos).
- **PRATICIDADE.** Uma vez que se aprende a aplicar nos títulos públicos (o que é bem simples), é possível comprá-los e vendê-los pela web, a partir do conforto e da comodidade de seu próprio lar (ou escritório). Nada de fila, nada de gerente importunando: o acesso ao “Tesouro”, neste caso, é “Direto”!

O Tesouro Direto registrou em dezembro de 2015 o maior número de operações de vendas de títulos em um só mês, com quase 140 mil operações (aumento de 221% em relação a dezembro de 2014). Outro recorde registrado no mês foi o volume de vendas líquidas que alcançou R\$ 1,2 bilhão, o valor mais alto desde o início da série histórica (volume 277% superior ao registrado no mesmo mês de 2014). Se você ainda não está participando dessa “grande festa” dos pequenos investidores dinâmicos do Brasil... está lendo o livro certo!

Você e eu, juntos, realizando suas aplicações dinâmicas diretamente pela web

Imagine que você está agora lado a lado com seu *coach* financeiro, bem em frente à tela do computador ou com um tablet ou smartphone nas mãos. Juntos nós providenciaremos suas aplicações em títulos públicos pela web. Minha proposta é pegá-lo pela mão e levá-lo tela a tela à conclusão de seus investimentos pela internet, mesmo que hoje você ainda não tenha a menor noção de como fazê-lo. Para mim, será um prazer, pois isso é o que tenho feito com centenas de famílias brasileiras nos últimos dez anos. Agora, teremos a satisfação de poder tocar esse processo juntos, você e eu!

Creio que até mesmo aqueles que já têm algum conhecimento sobre como aplicar no TD encontrarão algum auxílio neste guia para conseguir identificar melhor suas *necessidades e possibilidades* como investidores dinâmicos da internet, aprimorando seus critérios de escolha das melhores opções de títulos para seu dinheiro, além de adquirir mais firmeza na realização dos procedimentos corretos para comprá-los e vendê-los.

Não discorrerei sobre o enorme impacto que a internet tem causado em termos de popularização do acesso à informação em geral, mas gostaria de lembrar que esse processo, constatado nos últimos anos em tantas diferentes áreas do conhecimento humano, impactou de maneira simplesmente revolucionária o mercado financeiro brasileiro.

Os constantes investimentos do Tesouro Nacional e das corretoras da BM&FBOVESPA em tecnologia da informação, aliados à rigorosa fiscalização eletrônica sistêmica do Banco Central do Brasil (BCB) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), garantem hoje, para as aplicações financeiras realizadas pela web em nosso país, um nível de segurança que é referência em todo o mundo.

Investir dinheiro pela internet no Brasil, para quem tiver o cuidado de selecionar a aplicação financeira correta (como este livro lhe ensinará), pode ser tão ou mais seguro quanto dar sua ordem de investimento pessoalmente ao gerente do banco. Nunca vi o dinheiro de um investidor desaparecer do nada na web, seja por mero erro de sistema, seja por eventual má-fé de funcionários de corretoras na operação de seus sites de aplicações.

Nos poucos casos em que presenciei algum engano dessa natureza (lembrando que erros podem ocorrer vez ou outra em qualquer sistema), pude observar que ele foi prontamente corrigido. O investidor pode até ter tomado um susto, mas jamais saiu lesado por isso.

Se você aplicar pela web, quem lhe dará as informações necessárias e boas dicas?

Como correntista de banco, você sabe que tocar a vida financeira pela internet é muito mais prático e barato que ficar visitando as agências

bancárias, e isso diz respeito, sobretudo, às aplicações financeiras. Alguém tem saudade daquelas enormes filas para realizar um simples depósito na poupança? Hoje bastam alguns cliques para aproveitar oportunidades interessantes de se ganhar bem mais sem perder de vista a segurança.

Você pode até ponderar que, indo a uma agência bancária para investir, terá acesso ao gerente, que fornecerá boas informações pessoalmente. É fato que um bom gerente de banco poderá auxiliá-lo em uma série de aspectos importantes da sua vida financeira. Mas, no tocante a *investimentos*, para ser bem sincero, prefiro as informações e análises disponibilizadas on-line nos sites das boas corretoras de valores.

Os dados e as orientações dos sites costumam ser mais completos e bem organizados, mais neutros e confiáveis que aqueles disponibilizados nas agências bancárias. Além disso, você também pode consultar essas informações sete dias por semana e 24 horas por dia, acessando o conteúdo quantas vezes quiser, sem vergonha de “ficar perguntando” sobre o mesmo assunto quantas vezes achar necessário.

Aliás, isso também vale para o atendimento on-line em tempo real ou mesmo para o atendimento por telefone das corretoras: o suporte costuma ser de ótima qualidade e quase sempre resolve o problema/desafio do investidor já no primeiro contato. Para esclarecer dúvidas conceituais e operacionais sobre suas aplicações, existem ainda palestras presenciais ou virtuais, *chats* e salas ao vivo, que cobrem os mais variados aspectos do mercado financeiro. Enfim: informação rica, variada, disponível de maneira aberta e gratuita para aqueles que estiverem dispostos a dar a virada, abrir sua conta em uma boa corretora de valores on-line e passar a ganhar bem mais dinheiro com suas aplicações dinâmicas em títulos públicos do Tesouro Direto! Este livro lhe mostrará o “caminho das pedras”: mas só o caminho, sem as pedras...



RENTABILIDADE LÍQUIDA REAL ACUMULADA: O DIFERENCIAL QUE MULTIPLICA SEU DINHEIRO!

Descubra o quanto se pode ganhar a mais com a rentabilidade diferencial dos títulos públicos

Vamos começar nossa jornada de investimentos dinâmicos apurando na ponta do lápis o quanto você pode ganhar *a mais* aplicando nos títulos do Tesouro Direto pela web. Além de ser algo muito simples, você verá que *é altamente compensador* buscar por esse **diferencial de rentabilidade** para seu suado dinheiro!

Para ter uma plena compreensão da **força multiplicadora** dos ganhos nas aplicações mais dinâmicas, como os títulos públicos, e para explorar este diferencial ao máximo será necessário primeiro aposentarmos o conceito trivial de *rentabilidade*, aquele que ainda hoje, infelizmente, é usado pelos investidores amadores: ele é enganoso.

Quero agora que você compreenda e passe a utilizar um outro conceito de ganhos nos seus investimentos: a *rentabilidade líquida, real e acumulada*. Essa é a rentabilidade que deve verdadeiramente lhe interessar como investidor dinâmico, esse é o número que você perseguirá — e conquistará — para suas aplicações, sem abrir mão de um milímetro sequer de segurança. E ele terá um surpreendente impacto multiplicador sobre o seu capital.

Rentabilidade bruta nominal mensal: o engano do aplicador amador

Como todos sabem, *rentabilidade* é o quanto a aplicação paga para quem apostar nela o seu dinheiro. O conceito de rentabilidade que se costuma divulgar por aí é o da *rentabilidade bruta nominal mensal*. Você abre o jornal e lê que a caderneta de poupança com vencimento para aquele dia pagará 0,65%. Isso não o empolga como investidor. Esse mesmo jornal também mostra que os FIFs referenciados DI pagaram 0,85% no mês passado. Isso lhe parece razoavelmente mais...

Bem, essa é a tradição na divulgação das informações do mercado financeiro na grande mídia, mas, do ponto de vista do verdadeiro crescimento do dinheiro investido, esse conceito de rentabilidade bruta nominal mensal é muito incompleto e acaba induzindo o investidor a graves erros de estratégia — e assim ele irá escolher mal... e rentabilizar mal!

Com base nesse critério de *rentabilidade bruta nominal mensal* (RBNM), apresento a seguir a Tabela 1.1, que mostra o que se pode esperar das aplicações financeiras brasileiras:

TABELA 1.1 – APLICAÇÕES FINANCEIRAS BRASILEIRAS NO CENÁRIO ATUAL – RENTABILIDADE BRUTA NOMINAL MENSAL (RBNM)	
APLICAÇÕES CONVENCIONAIS	
Caderneta de poupança	0,65%
Certificados de Depósitos bancários (CDBs) (bancos de primeira linha, pequenas quantias, pagando 75% do CDI)	0,85%
FIFs DI e Renda Fixa conservadores (de varejo) (fundos de investimento financeiro de varejo, conservadores)	0,85%
APLICAÇÕES DINÂMICAS	
Títulos públicos (média dos diferentes títulos disponíveis no Tesouro Direto)	1,10%
Títulos públicos “turbinados” (alguns títulos públicos em casos especiais de conjuntura favorável)	1,25%

(*)Supondo taxa Selic próxima de 14% ao ano.

Comparando as diferentes aplicações somente pelo critério da rentabilidade *bruta* nominal mensal, o aplicador chegará a conclusões equivocadas que o levarão a traçar uma estratégia investidora distorcida e a escolher incorretamente entre as diferentes opções do mercado:

- “Os **FIFS conservadores de varejo** e **CDBS para pequenas quantias** pagam razoavelmente melhor que a ‘velha’ poupança, então eu deveria privilegiá-los.” NÃO CONFERE!
- “Os **títulos públicos** pagam muito pouco a mais que a poupança, já que a diferença nem chega ao dobro.” ERRADO!
(Essa conclusão estaria baseada na conta: 1,25% dos títulos - 0,65% da poupança = 0,60% de rentabilidade diferencial dos títulos.)
- “Para o pequeno ou médio investidor, as **aplicações conservadoras** pagam mais ou menos a mesma coisa, com diferença muito discreta entre uma e outra. Então, talvez seja melhor ficar com a segurança daquilo que a maior parte das pessoas conhece há mais tempo, como a caderneta de poupança, os FIFS conservadores, ou talvez os CDBS de grandes bancos.” não CONFERE!
- “A impressão é que **todas as aplicações seguras** pagam muito pouco. Então, na realidade, nem compensa investir; é melhor gastar todo o dinheiro hoje mesmo e simplesmente ser feliz!” ERRADÍSSIMO!

Não está errada a parte do “ser feliz”, nem tampouco a questão do “gastar”, porque dinheiro foi feito para gastar! Agora... quem gasta hoje mesmo tudo o que ganha hoje jamais multiplicará seu dinheiro e nunca acumulará reservas para realizar seus desejos e seus grandes sonhos de compra e consumo. Ele ficará eternamente dependente das dívidas e do pagamento de juros elevados que enfraquecem o poder aquisitivo do salário. Não é o que você deseja; do contrário não estaria lendo este livro.

Rentabilidade *bruta* × rentabilidade *líquida*: aqui sua visão de investidor dinâmico já melhora

Neste momento deve entrar em ação a diferença entre *rentabilidade bruta* e *rentabilidade líquida*, ainda *nominal* e *mensal*, mas já *líquida* (RLNM).

Sobre os ganhos brutos obtidos com suas aplicações financeiras incide a cobrança de *imposto de renda*, e algumas aplicações envolvem ainda o pagamento de *taxas*, que também devem ser abatidas do ganho bruto. Ou seja, aquilo que o aplicador ganha em termos brutos não é o que fica em seu bolso no final das contas, mas sim menos, conforme o conceito de *rentabilidade líquida nominal mensal*.

Por esse critério, veja na Tabela 1.2 como fica a comparação das aplicações financeiras brasileiras hoje em dia:

TABELA 1.2 – APLICAÇÕES FINANCEIRAS BRASILEIRAS NO CENÁRIO ATUAL – RENTABILIDADE <u>LÍQUIDA</u> NOMINAL MENSAL (RLNM)	
APLICAÇÕES CONVENCIONAIS	
Caderneta de poupança (por lei, a poupança é isenta de imposto de renda)	0,65%
CDBs (desconto de IR de 15% sobre os ganhos brutos para aplicações com prazo de investimento superior a dois anos)	0,72%
FIFs DI e Renda Fixa conservadores (de varejo) (desconto de IR de 15% sobre os ganhos brutos em dois anos, além de taxa de administração de 2% ao ano sobre o patrimônio)	0,57%
APLICAÇÕES DINÂMICAS	
Títulos públicos (desconto de IR de 15% sobre os ganhos, além de taxa anual de 0,30% da BM&FBovespa sobre o total aplicado)	0,92%
Títulos públicos “turbinados” (desconto de IR de 15% sobre os ganhos, além de taxa anual de 0,30% da BM&FBovespa sobre o total aplicado)	1,05%

(*)Supondo taxa Selic próxima de 14% ao ano.

Esse critério já deixa claro que **os FIFs conservadores** acabam perdendo feio para a “velha” caderneta, pois além de IR são cobradas também elevadas taxas de administração, enquanto os **CDBs de primeira linha** (colocados no mercado investidor por bancos grandes e sólidos), mesmo não cobrando taxas, “apenas” IR, ganham da poupança somente por uma margem muito apertada em termos de rentabilidade líquida.

Alguém poderá lembrar-se neste momento das **LCAs** (Letras de Crédito do Agronegócio) ou **LCIS** (Letras de Crédito Imobiliário), que são quase idênticas aos CDBs na *forma de negociação* (não cobram taxas), iguais também no quesito *segurança* (desde que os emissores das letras sejam bancos sólidos), na *liquidez* ofertada (também de curto prazo) e ainda por cima não pagam IR! Ora, não seriam essas letras de crédito — essas sim! — a nova poupança?

Teoricamente, o apelo das LCAs e LCIS é interessante, mas há um problema prático: sabendo de tudo isso, os bancos já oferecem nesses títulos uma porcentagem do CDI ainda menor que nos CDBs (por exemplo: 60% numa LCA ou LCI contra 75% num CDB similar). E isso quando eles estão mesmo dispostos a captar dinheiro do pequeno investidor nessas letras, o que é raro, porque os CDBs têm bem mais tradição nesse segmento do mercado e acabam sendo o instrumento mais utilizado para a captação na rede bancária pelo aplicador de pequeno porte. Na prática, as LCAs e LCIS: 1) simplesmente não estão disponíveis para o pequeno aplicador; ou 2) lhe remuneram algo muito próximo dos CDBs de varejo em termos líquidos. Mas... não desista de trocar a poupança e ainda ter vantagem: ainda temos os títulos do Tesouro Direto!

Bem, como você pode perceber, sua visibilidade de investidor dinâmico já ficou ampliada com esse critério mais detalhado de rentabilidade *líquida*. Ainda assim, comparando as diferentes aplicações somente por sua rentabilidade líquida nominal *mensal*, você ainda pode continuar com algumas ideias distorcidas sobre a melhor aplicação para sua grana:

- “Ok, **títulos públicos** pagam mais, porém muito pouco além da poupança e bem menos do que se deveria esperar de **aplicações**

dinâmicas, já que a diferença é (no máximo!) de míseros 0,40%.” NADA DISSO!

(Essa conclusão estaria baseada na conta: 1,05% dos títulos públicos — 0,65% da poupança = 0,40% de rentabilidade diferencial dos títulos.)

- “Para o pequeno ou médio investidor, as **aplicações seguras, em geral**, pagam mais ou menos a mesma coisa, sobretudo se considerarmos o valor líquido. Então, é melhor ficar mesmo no mais convencional (ou seja, na ‘surrada’ caderneta).” ERRADO!
- “Como **todas as aplicações confiáveis** pagam muito pouco, simplesmente não vale a pena investir no mercado financeiro brasileiro, a menos que você tenha acesso a algum ‘segredo de mercado’ ou que alguém lhe dê alguma ‘dica quente’ de especialista com informações privilegiadas.” QUEM TE FALOU?!

Antes que esses erros bobos o impeçam de ganhar mais dinheiro de maneira certa e segura com títulos públicos, vamos melhorar o conceito de rentabilidade que realmente lhe interessa e daí você enxergará tudo com a clareza que é própria dos investidores multiplicadores.

Rentabilidade nominal × rentabilidade real: vamos ao que interessa de fato para seu dinheiro

Para aprimorar sua visão como investidor dinâmico, é necessário agora introduzirmos o conceito da *rentabilidade líquida real mensal* (RLRM), em oposição à *rentabilidade líquida nominal*.

Como você sabe, existe em nosso país uma “praga financeira” conhecida como *inflação*, que — persistente que é — teima em desgastar o poder de compra do capital investido, enquanto o investidor realiza suas aplicações diligentemente, mês após mês.

Para reconhecer o impacto desse fenômeno sobre seus investimentos e poder assim se proteger de maneira adequada (isso é perfeitamente

possível), é necessário descontar a inflação da rentabilidade nominal, a fim de se depurar na ponta do lápis apenas o que é ganho *real*, ou seja, o verdadeiro acréscimo em seu capital investido após a devida recomposição do desgaste no poder aquisitivo gerado pela inflação. O que restar (rentabilidade líquida *real*) será o que de fato entrará no seu bolso para fazer a multiplicação de poder aquisitivo do dinheiro aplicado. E eu comprovarei para você: nos títulos públicos isto pode ser muito!

De 2004 a 2014 tivemos na economia brasileira uma inflação que ficou, na média, em 0,45% ao mês, o que dá 5,50% acumulados ao ano. Se tomarmos um período mais longo, tirando a média dos vinte anos completos de Plano Real (do início de 1995 ao final de 2014), essa taxa de inflação sobe para 0,58% ao mês, ou 7,20% acumulados no ano. Em 2015, devido à desastrosa gestão econômica do governo central, tivemos a maior taxa de inflação acumulada dos últimos vinte anos: o IPCA atingiu 10,67% no acumulado do ano, o que equivale a uma inflação mensal de 0,85%.

Note que em toda esta análise estamos efetuando as medições de inflação pelo IPCA, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo do IBGE, que é oficialmente tomado pelo governo como termômetro da inflação no Brasil. Peço que você entenda que, em prazos longos (de diversos anos seguidos), este índice mostra com boa precisão o que está acontecendo *de fato* com o poder de compra da nossa moeda. Sei que, muitas vezes, a percepção dos consumidores na hora em que estão fazendo suas compras no supermercado é de uma inflação maior, como se o índice oficial fosse manipulado ou mal calculado, o que não corresponde à realidade. Nem uma coisa nem a outra, sem “teoria da conspiração”: no supermercado, o que nos espanta são as exceções que dispararam, enquanto os itens de preços estáveis (ou até cadentes, porque eles existem, sim) nos passam despercebidos. Qualquer índice de inflação mostra uma média do que acontece com praticamente todos os preços em praticamente todo o território nacional. Por mais que esta ou aquela metodologia de cálculo tenha suas falhas aqui ou ali, pode acreditar nesta verdade econômica: no longo prazo, o IPCA (OU O IGP-M, OU O INPC, e por aí vai...) mostra, sim, com veracidade o que está acontecendo com o poder aquisitivo da nossa moeda, o real.

Para prosseguirmos em nossa busca pela rentabilidade líquida *real* (descontando a inflação) das diferentes aplicações financeiras, não vamos tomar como referência os 0,45% de inflação mensal média dos últimos

dez anos (de 2004 a 2014), nem tampouco a inflação disparatada de 2015, de 0,85% ao mês, porque gosto de fazer contas com pequena margem de erro: vamos então trabalhar com a média destas duas taxas, uma projeção de inflação mensal de 0,65%, o que já faria o IPCA ultrapassar a barreira de 8% acumulados de janeiro a dezembro de cada ano! Este nos parece ser um número mais equilibrado e mais factível para os próximos cinco ou dez anos, por exemplo, embora represente uma inflação já bastante elevada (ou seja, pode crer que tenderá a ser daí para menos).

Considerando essa taxa de inflação média de 0,65% ao mês, veja na Tabela 1.3 como ficam as aplicações financeiras brasileiras pelo critério da *rentabilidade líquida real mensal*:

TABELA 1.3 – APLICAÇÕES FINANCEIRAS BRASILEIRAS NO CENÁRIO ATUAL – RENTABILIDADE LÍQUIDA REAL MENSAL (RLRM)	
APLICAÇÕES CONVENCIONAIS	
Caderneta de poupança	$0,65\% - 0,65\% = 0\%$ ao mês
CDBs	$0,72\% - 0,65\% = 0,07\%$ ao mês
FIFs DI e RF conservadores	$0,57\% - 0,65\% = -0,08\%$ ao mês!
APLICAÇÕES DINÂMICAS	
Títulos públicos	$0,92\% - 0,65\% = 0,27\%$ ao mês
Títulos públicos “turbinados”	$1,05\% - 0,65\% = 0,40\%$ ao mês

Esse novo critério amplia ainda mais sua visibilidade financeira de investidor, e já me permite destacar algumas constatações essenciais, de importante impacto para seus ganhos dinâmicos, que antes estavam encobertas pelas aparências dos números mal interpretados:

- “Diversas aplicações financeiras vendidas nos grandes bancos como sendo competitivas — que é o caso da maior parte dos **FIFs conservadores de varejo** (com taxas de administração de 2% ao ano ou até maiores!) — simplesmente não colocam nenhum dinheiro novo no seu bolso, nem mesmo repõem o desgaste da inflação, e submetem o capital investido a uma perda real de valor ao longo do tempo!” FATO, TRISTE FATO!
- “A mais tradicional das aplicações convencionais, a **caderneta de poupança**, na melhor das hipóteses, empata com a inflação, ou seja, não coloca dinheiro novo no seu bolso. Se a inflação ‘assanhar-se’ demais, poderá até haver perda na poupança (como foi o caso de 2015). Se ela se mantiver ‘sossegada’, o ganho real será muito pequeno (como talvez venha a ocorrer nos próximos anos).” ESTA É A REALIDADE, ORA!
- “Há investimentos que parecem mais atraentes, como os **CDBS dos grandes bancos**. Em função das baixas taxas oferecidas para pequenos aplicadores e da incidência de imposto de renda, estas aplicações acabam superando a inflação apenas de forma muito tímida. Você pode até considerar que são aplicações *protetoras*, mas infelizmente elas não serão *multiplicadoras*, porque não farão seu dinheiro crescer.” CONVÉM NÃO SE ESQUECER DISSO!
- “Os **títulos públicos** podem pagar, em termos líquidos e reais, algo entre 0,27% e 0,40% ao mês. Isto dá ganhos entre 3,29% e 4,90% líquidos e reais acumulados em apenas um ano, uma faixa de rentabilidade absolutamente invejável para os padrões internacionais, considerando a enorme acessibilidade deste tipo de aplicação e sua grande segurança.” PODE CRER!

Experimente o seguinte: apresente estes números a um estrangeiro minimamente familiarizado com o mercado financeiro de seu país, e ele terá dificuldade em acreditar na tremenda oportunidade que temos por aqui! Aliás, grandes investidores internacionais conhecem muito bem a atratividade desta modalidade de investimento, tanto que R\$ 1 a cada R\$ 5 de títulos públicos brasileiros em posse do mercado investidor está

hoje nas mãos deles: se não fossem tão bons, não seriam tão cobiçados por quem mais entende do assunto!

Os números apurados através do conceito de rentabilidade líquida *real* deixam claro que as aplicações mais dinâmicas, como os títulos do Tesouro Direto, pagam não só *um pouquinho a mais* que as aplicações convencionais, mas sim *várias vezes mais*. Com seu surpreendente dinamismo, essas aplicações poderão fazer uma *enorme* diferença positiva na capitalização dos seus investimentos, colocando *muito mais dinheiro* no seu bolso sem expô-lo a riscos desnecessários.

Mas a inflação pode fugir do controle... e acabará engolindo a rentabilidade real

A inflação acumulada no Brasil em 2015 surpreendeu a todos, é verdade, e castigou feio os aplicadores mais acomodados, os mal-acostumados a ganhar dinheiro sem buscar aprender sobre investimentos.

Creio que essa superinflação do ano passado foi reflexo, acima de tudo, de uma crise política fortíssima, que afetou, por tabela, nossa economia, gerando desequilíbrios atípicos, destoantes inclusive de uma certa racionalidade econômica que imperava até poucos anos atrás. Creio que, superados os entraves políticos (e ainda nos resta essa esperança!), nosso país retomará seu crescimento e a estabilização de sua moeda, apesar dos muitos gargalos que ainda temos de resolver como nação. Em minha visão econômica, no longo prazo, o viés da inflação brasileira é de *baixa*, não de alta, e muito menos de descontrole.

De qualquer forma, como ninguém tem bola de cristal (principalmente quanto às ações dos políticos brasileiros), não está descartada a crescente aceleração da inflação nos próximos anos. Nessa hipótese, vale lembrar que nossa tradição de política monetária para combater movimentos de disparada na inflação é promover a elevação dos juros básicos, a chamada *taxa Selic*. Este é o índice pelo qual se balizam todas as taxas de juros (tanto as *pagas* quanto as *cobradas*) no mercado brasileiro. Daí essa taxa Selic também ser conhecida por *taxa básica de juros*,

já que todas as demais taxas de juros da praça nascem a partir dessa primeira taxa, que está sempre na base do mercado.

A meta para a taxa Selic é estabelecida pelo Comitê de Política Monetária (Copom) em reuniões de periodicidade normalmente mensal, sempre realizadas às terças e quartas-feiras (quando é então divulgado o novo patamar estabelecido para a tal taxa). Veja só a ponte que existe aqui com as aplicações em títulos públicos: a taxa Selic corresponde exatamente aos juros pagos nas Letras Financeiras do Tesouro (LFTS), também conhecidas no Tesouro Direto por seu nome popular *Tesouro Selic*, justamente um dos três tipos de títulos da Dívida Pública Brasileira que podem ser adquiridos por meio do TD! Inflação subindo, provavelmente significará Tesouro Selic pagando mais!

Há também outro título, a NTN-B ou *Tesouro IPCA+*, que traz como indexador o próprio IPCA, oferecendo ao aplicador 100% de cobertura da inflação, além de colocar no seu bolso uma rentabilidade líquida real, hoje, superior a 4% ao ano! Portanto, inflação em ascensão é sinônimo inescapável de Tesouro Direto pagando proporcionalmente mais. Ok, isto não acontecerá com os títulos já emitidos dos tipos LTN ou *Tesouro Prefixado* e NTN-F ou *Tesouro Prefixado com Juros Semestrais*, mas com os novos, emitidos num contexto de inflação ascendente, sem dúvida! (Fique tranquilo quanto aos detalhes, pois tudo isto você aprenderá de forma minuciosa e bem simplificada mais adiante.)

Penso que a inflação brasileira não estará fora de controle no futuro projetável dos próximos anos. Mas, mesmo que se mantenha uma aceleração expressiva na alta dos preços em geral, é muito provável que ela não prejudique a rentabilidade líquida real dos títulos do Tesouro Direto. Que não me deixe mentir a história recente do mercado financeiro brasileiro, pois foi justamente isso o que se viu de 2012 para cá: naquele ano, a inflação acumulada fechou em 5,85% (0,47% ao mês), e a taxa Selic em 7,25% ao ano (0,60% ao mês), ambos patamares bastante baixos para as médias históricas. Em 2015, no entanto, o contexto mudou (menos para a rentabilidade dos títulos públicos): a inflação disparou para 10,67% ao ano (0,85% ao mês), mas... a taxa Selic foi catapultada a nada menos que 14,25% (1,12% ao mês)! Entendeu a compensação da coisa?

Em suma, a inflação elevada pode ser (e de fato é!) uma ameaça séria para aplicações convencionais acessíveis ao pequeno investidor,

como a poupança, FIFS e CDBS, mas ela felizmente não afeta a essência do dinamismo dos investimentos dinâmicos, como aqueles realizados através do Tesouro Direto. Então, seja com mais ou menos inflação, sigamos adiante na busca de rentabilidade diferenciada com segurança!

Qualquer aplicação lhe parece pagar pouco? Então você precisa trocar sua lente...

Depois de todas essas contas que lhe apresentei, e apesar dos esclarecimentos importantes que elas nos proporcionaram, talvez você esteja agora no auge de sua desmotivação com relação às aplicações financeiras brasileiras. Se esse é o caso, para ser sincero, isso não me surpreende. Afinal, observando os números dos ganhos líquidos reais, para você *todas* as aplicações parecem pagar valores tão incrivelmente pequenos... “Ora, mas nem os títulos públicos, que supostamente estariam na ponta mais dinâmica, remuneram ao menos 1% real ao mês!”, diria você. É... na realidade, como vimos, eles provavelmente lhe darão bem menos que isso — apenas 0,40% líquido real ao mês!

“Ah, que mundo é esse? O jeito é esquecer essa história de investir e simplesmente gastar tudo, sem medo de ser feliz!” Calma, muita calma aqui. Não cometa suicídio financeiro por pura precipitação; não pense mal das aplicações financeiras no Brasil, um dos países que, acredite-me, melhor remunera o pequeno investidor dinâmico! Seu eventual desânimo com as aplicações é consequência de um provável equívoco de leitura, que aproveitou para desfazer agora.

Onde estaria o erro na interpretação de que a rentabilidade é pequena demais? Talvez debaixo de seu próprio nariz, em uma distorcida *visão de curtíssimo prazo*: jamais devemos analisar as aplicações financeiras somente por sua *rentabilidade mensal*, mas sim por sua *rentabilidade acumulada* ao longo dos meses e dos anos. Isso faz uma diferença quase inacreditável, porém muito concreta quando calculada na ponta do lápis. E não vale só para os dias de hoje no mercado financeiro brasileiro: é um raciocínio que se aplica a qualquer momento histórico de qualquer mercado financeiro do globo. Acompanhe minhas contas e

descubra o que diversos investidores multiplicadores experientes já conhecem... e aproveitam há muito tempo!

Rentabilidade mensal × rentabilidade acumulada: a força multiplicadora da notável RLRA

Agora você está finalmente apto a absorver o conceito completo de rentabilidade que de fato interessa ao investidor dinâmico: a *rentabilidade líquida real acumulada* (vou usar a abreviação RLRA, tomando a primeira letra de cada palavra deste conceito completo e acabado de rentabilidade nas aplicações financeiras). Guarde esta sigla: RLRA — ela fará “milagres” por seu dinheiro!

Imagine que nos próximos cinco anos a inflação “se acalme” um pouco e a **caderneta de poupança** consiga produzir pelo menos uma *rentabilidade líquida real mensal* (RLRM) de 0,10% (o que seria hoje algo mais próximo da realidade média dos **CDs de varejo**). Assim, aplicando R\$ 10 mil na caderneta de poupança com esta rentabilidade, o investidor terá daqui a cinco anos R\$ 10.618 em valores do momento da aplicação, mas devidamente corrigidos para o momento do resgate pela inflação acumulada nesse período de sessenta meses para preservar o poder de compra do dinheiro, tanto do capital inicial aplicado quanto dos juros ganhos sobre ele.

Essa aplicação convencional resultará, portanto, em um ganho líquido real acumulado em cinco anos de R\$ 618 ou 6,18%. Concordo: não é lá muita coisa, mas vale lembrar que esse acréscimo seria feito sem esforço algum, apenas contando com o tradicionalismo e a notória segurança da poupança. É assim mesmo: quem não está disposto a deixar o trivial tem de se contentar com o pouco dinamismo que ele tem a oferecer. Bem, esse já não é o seu caso, pois sei que está em busca de algo mais digno para seu suado dinheiro!

Os mesmos R\$ 10 mil aplicados em **títulos do Tesouro Direto** com rentabilidade líquida real mensal (RLRM) de 0,30% resultariam em R\$ 11.969. Assim, apuramos que a RLRA no período seria de R\$ 1.969, ou 19,69%. Isso equivale a 320%, o que teria pago a caderneta nos mesmos

sessenta meses, com exatamente a mesma segurança (talvez até maior!) para o lado dos títulos, e inclusive a mesma liquidez, acessibilidade e praticidade. Quer ganhar, em termos reais, R\$ 1 ou R\$ 3,20 em diferentes aplicações com idênticas condições? Você é quem sabe do dinamismo que deseja imprimir à multiplicação do seu dinheiro...

É no longo prazo que a rentabilidade acumulada revela sua tremenda força diferencial

Quando colocamos na ponta do lápis o retorno que podemos obter de diferentes aplicações financeiras em termos de RLRA, enxergamos claramente que investimentos mais dinâmicos têm um *tremendo potencial multiplicador* e podem colocar *muito mais dinheiro* no seu bolso do que as aplicações convencionais. Para que isso se torne realidade em sua carreira de investidor, será necessário dar tempo ao tempo, pois é no longo prazo que a rentabilidade se acumula em progressão geométrica e mostra sua plena força agregadora.

Vamos imaginar o caso de um investidor que trace a meta de formar uma reserva financeira para sua *aposentadoria*. Partindo de um bom planejamento financeiro, ele se dispõe a aplicar R\$ 1 mil por mês durante 360 meses, ou trinta anos, direcionando essa mensalidade para a **poupança ou equivalente**, com uma RLRM esperada de 0,10%. Qual será o custo envolvido em comparação com o benefício colhido? Tal aplicador teria empatado nesse seu plano de investimento o total de **R\$ 360 mil** (= R\$ 1 mil mensais × 360 meses).

No entanto, em função dos juros ganhos cumulativamente na aplicação, o investidor teria acumulado na poupança, no final desses trinta anos, a bolada de **R\$ 433 mil** em valores de hoje, mas então devidamente corrigidos para valores da época. Assim, a RLRA nessa aplicação convencional teria sido de **R\$ 73 mil** (= R\$ 433 mil acumulados - R\$ 360 mil aplicados). Isso dá 20% acumulados no período.

Não exatamente ruim... mas poderia ser melhor, *muito* melhor! O mesmo esforço poupador e investidor mensal direcionado para uma aplicação mais dinâmica, como os **títulos do Tesouro Direto**, com

RLRM de 0,30%, resultaria em **R\$ 647 mil**, com uma RLRA de **R\$ 287 mil** (= R\$ 647 mil acumulados - R\$ 360 mil aplicados). Isso dá nada menos que **80% de RLRA** no período!

Nesse caso, o ganho líquido real acumulado teria sido o equivalente a **quatro vezes** o que se conseguiria obter na poupança! Que tal lhe parece essa diferença? E isso, sem correr riscos desnecessários, sem travar sua liquidez, aplicando só em “papéis” de elevada segurança. Não lhe parece muito mais atraente?

Os números falam por si só, e eles não mentem. Justamente por seu enorme diferencial de *rentabilidade líquida real acumulada* (RLRA) é que os títulos federais negociados via Tesouro Direto farão seu dinheiro render *amplamente mais* no médio e no longo prazos, tornando muito compensadora a troca da caderneta de poupança e de seus investimentos convencionais em geral por essas aplicações bem mais dinâmicas.

SÍNTESE DO APRENDIZADO ATÉ ESTE PONTO DO LIVRO

Veja a seguir uma síntese do quanto você já aprendeu até aqui sobre como tornar-se um *investidor multiplicador* — ou seja, aquele aplicador que está determinado a batalhar por ganhos mais dinâmicos, ao mesmo tempo em que não se mostra disposto a abrir mão de um elevado nível de segurança, investindo em títulos públicos via Tesouro Direto!

CAPÍTULO 1

O que faz o dinheiro aplicado crescer e se multiplicar para valer, inclusive de forma bastante diferenciada nas aplicações dinâmicas (como os títulos públicos do Tesouro Direto), é somente a **Rentabilidade Líquida Real Acumulada (RLRA)**. Portanto, é indispensável para o aplicador multiplicador tomar os seguintes cuidados:

- avaliar o impacto do **IR cobrado** sobre as diferentes aplicações;
- conhecer direito as **taxas incidentes** em cada uma;
- calcular o desgaste da **inflação** no poder aquisitivo do dinheiro;
- valorizar o efeito multiplicador dos **juros acumulados** nos anos.

Vamos aprender mais sobre as aplicações? Qual é o seu verdadeiro perfil de investidor?

Resta-nos agora saber se o investimento em títulos públicos oferece segurança e solidez e se pode mesmo ser realizado com praticidade e rapidez. Desde já eu lhe garanto que sim, mas quero lhe apresentar isso em detalhes. Para que possamos superar esse desafio, preciso agora lhe transmitir alguns conceitos importantes sobre as aplicações financeiras conservadoras em geral e também sobre como identificar seu verdadeiro perfil de investidor multiplicador.



**ASSINE NOSSA NEWSLETTER E RECEBA
INFORMAÇÕES DE TODOS OS LANÇAMENTOS**

www.faroeditorial.com.br



ESTA OBRA FOI IMPRESSA PELA
SERMOGRAF EM AGOSTO DE 2016